Cód. Autenticidade 400100445663



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2016

ANO:

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR BRENO MEDEIROS
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
UNIDADE CORRECIONADA	1ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	02/08/1960
JUIZ TITULAR:	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
TITULAR DESDE:	1°/07/2014
DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	26/10/2012
PERÍODO CORRECIONADO:	1º/09/2015 à 30/08/2016

EQUIPE CORRECIONAL		
SERVIDOR FUNÇÃO		
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional	
Bruno Barbosa Dib	Assistente	
Fernando Henrique Barbosa Borges Moreira	Assistente	
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente	
Luana Carvalho Arantes	Assistente	
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente	

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL		2014	2015	2016**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.213	1.429	1.616	1.252
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.067	1.090	1.511	1.252
3	Produção	88%	76%	94%	100%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.099	1.221	1.274	1.325
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	293	532	639	658
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	764	1.015	1.359	1.289
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	27%	29%	29%	35%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	23%	37%	30%	34%
9	Execuções iniciadas	307	398	391	443
10	Execuções encerradas	193	286	316	263
11	Execuções baixadas	207	357	373	218
12	Execuções pendentes de encerramento	580	516	563	717
13	Execuções pendentes de finalização	864	852	838	1.085
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	203	256	272	308
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	71%	69%	72%	79%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	81%	76%	73%	79%
				•	
17	Índice de conciliação da 18ª Região	43%	41%	40%	39%
18	Índice de conciliação da unidade	41%	59%	46%	42%

^{*} Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2016 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
Juiz Auxiliar	BLANCA CAROLINA MARTINS BARROS

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região	SIM	NÃO
Metropolitana)?	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	Х			X
Auxiliar fixo			Х	Х	Х

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.2 - Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas		NÃO	
pelos Juízes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	Х		
Forma de revezamento: Diário			

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		Х

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal		
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	125		
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	181		

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Cód. Autenticidade 400100445663

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução	Х	

^{**}Os juízes intercalam a pauta de sexta-feira

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 28/09/2016 17:01:00h. Protocolo nº 13536/2016.

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	750
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	41
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	-

^{*} Dado apurado em 27/09/2016.

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado 47
--

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	69	-
Sentença na fase executória	-	-
Embargos de declaração	-	-

^{*} Dado apurado em 27/09/2016.

2.6.4 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDEN	TES FORA DO P	RAZO	

3 - PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 – Entrega da prestação jurisdicional

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	58	68
Ordinário	154	199

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Pite	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	10	10
Ordinário	17	20

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
3.5 - Frazo medio para prolagao de semenças da lase executoria	12	9

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	2	2

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	2
Atualização de cálculos	2	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9	15

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Pre-	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	46	51
Ordinário	75	67

^{*} Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

Cód. Autenticidade 400100445663

^{*} A última visita correcional foi realizada em 05/08/2015 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/07/2014 e 30/06/2015.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 – Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
Danilo Cunha Diniz	Diretor de Secretaria	Efetivo
Amanda Gabrielle Stival Faquim	Assistente de Juiz	Cedida Municipal
Eunis de Sousa Pimentel Naves	Assistente de Diretor	Efetiva
Fernanda Rosa Muniz de R. Cunha	Secretária de Audiências	Efetiva
Irene Aparecida dos Santos		Efetiva
Pedro Paulo Dias Soares		Efetivo
Leandro Vinicius de M. Rodrigues		Efetivo
Lucivone Alves de M. e Silva		Efetiva
Thales Rodrigues Bosco	Assistente II	Efetivo
Maria Aguimar de Jesus Reis	Assistente de Juiz	Efetiva
Luiz Bertrand Abreu Pestana		Efetivo
Kerolay Chaves Silva Rodrigues		Estagiária
Monissa Fernandes Matias		Menor-aprendiz

^{*} A unidade não possui claro de lotação.

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 28/09/2016 17:01:00h. Protocolo nº 13536/2016.

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	14
Notebooks	1
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 28/09/2016 17:01:00h. Protocolo nº 13536/2016.

4.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	Х
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	х
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correições permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	X		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	Х		
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	X		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?		X	
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	x		
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?		х	

-
0
Ñ
7
536
*
.,
_
0
0
÷
Ö
\simeq
₽
Ö
-
ш
_
모
0
0
28/09/2016 17:01:00h
\sim
/
$\overline{}$
'n
2
ò
\simeq
~
Ó
0
\sim
\approx
. 4
\subseteq
ሕ
Ψ
0
О
a
$\overline{}$
ĸ
ŏ
¥
.0
╮
_
ē
3 e r
Be
OlBer
DIBer
A DIB e p
SA DIB e pro
OSA DIB e p
SOSA DIB e p
BOSA DIB e r
RBOSA DIB e r
ARBOSA DIB e r
3ARBOSA DIB e r
BARBOSA DIB e r
O BARBOSA DIB e p
NO BARBOSA DIB e p
INO BARBOSA DIB e r
UNO BARBOSA DIB e r
RUNO BARBOSA DIB e r
3RUNO BARBOSA DIB e r
BRUNO BARBOSA DIB e r
or BRUNO BARBOSA DIB e r
oor BRUNO BARBOSA DIB e r
por BRUNO BARBOSA DIB e r
o por BRUNO BARBOSA DIB e r
do por BRUNO BARBOS
do por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
ntado por BRUNO BARBOS
do por BRUNO BARBOS

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	Х		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	х		Portaria TRT 18ª - 1ª VT Anápolis nº 003/2014
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?			
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	Х		Diário
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	As audiências iniciais/unas estão sendo marcadas para outubro/16 nos ritos sumaríssimo e ordinário. As audiências de instrução estão sendo marcadas para março/17 no rito ordinário.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	х		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	х		
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		

ο 13536/2016.
. Protocolo
28/09/2016 17:01:00h
n 28/09/201
rotocolado er
OSA DIB e p
3RUNO BARBOSA DIB
ntado por BR
Documento jur

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	x		
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014?	х		
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	Х		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?	х		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	×		Semanalmente.
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)	X		
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nos 30/2012 e 32/2012?	×		

16
$\overline{}$
nº 13536/20
Ñ
≲
ထွ
က
2
ñ
<u>~</u>
`
_
⊆
$\overline{}$
$\underline{\circ}$
0
Ö
ō
⋍
0
<u>-</u>
Ξ.
Ċ.
ᅕ
\simeq
\circ
∴.
$\dot{\sim}$
28/09/2016 17:01:00h.
<u> </u>
CO
=
=
ب
/09/20
~
\simeq
$_{\circ}$
ഹ
₩
$^{\circ}$
_
⊏
Φ
_
O
ਰ
ď
≕
O
8
8
ξ
otoc
rotocc
protocc
protocc
e protocc
3 e protocc
IB e protocc
OIB e protocc
DIB e protocc
A DIB e protoco
১A DIB e protocolac
SA DIB e protoco
OSA DIB e protocc
3OSA DIB e protocc
BOSA DIB e protoco
RBOSA DIB e protoco
ARBOSA DIB e protoco
3ARBOSA DIB e protoco
BARBOSA DIB e protoco
) BARBOSA DIB e protoco
O BARBOSA DIB e protocc
NO BARBOSA DIB e protoco
INO BARBOSA DIB e protocc
UNO BARBOSA DIB e protocc
RUNO BARBOSA DIB e protocc
RUNO BARBOSA DIB e protocc
BRUNO BARBOSA DIB e protocc
r BRUNO BARBOSA DIB e protocc
or BRUNO BARBOSA DIB e protocc
oor BRUNO BARBOSA DIB e protocc
por BRUNO BARBOSA DIB e protocc
o por BRUNO BARBOSA DIB e protocc
do por BRUNO BARBOSA DIB e protocc
ado por BRUNO BARBOSA DIB e protocc
ado por BR
ado por BR
ado por BR
untado por BR
untado por BR
untado por BR
untado por BR
untado por BR
untado por BRUNO BARBOS
untado por BR
Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protoco

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?	Х		
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	Х		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?	X		
29	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	Х		
30	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT?	×		
31	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	Х		
32	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	Х		
33	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	х		

9
\equiv
ಜ
13536/20
õ
Ś
<u>ო</u>
⊂
0
Protocol
Ö
2
9
حَ
σ.
듯
\approx
⋍
17:01:00
∵.
-
co
im 28/09/2016
Ö
Q
တ္တ
28/09/2
ထ္
(1
Ξ
Φ
0
ਨੁ
<u>a</u>
8
ŏ
゙
Ξ
ğ
e pr
Bepr
=
N DIB e protocolado em
₩ Y D E Y
BARBOSA DII
BARBOSA DII
BARBOSA DII
JNO BARBOSA DII
JNO BARBOSA DII
JNO BARBOSA DII
JNO BARBOSA DII
RUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
por BRUNO BARBOSA DII
mento juntado por BRUNO BARBOSA DII
mento juntado por BRUNO BARBOSA DII
ocumento juntado por BRUNO BARBOSA DII
mento juntado por BRUNO BARBOSA DII

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
34	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	х		
35	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	Х		
36	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8°, IV, da Lei n° 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a divida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	Х		
38	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	х		
39	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2016? (Meta 1 do CNJ)	Х		
40	A unidade e julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)	Х		
41	A unidade baixou, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		х	
42	A unidade aumentou em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)		x	
43	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta condição.	X		Thales Rodrigues Bosco: PORTARIA TRT 18 ^a - 1 ^a VT ANÁPOLIS Nº 01/2015; Maria Aguimar de Jesus Reis: PORTARIA TRT 18 ^a - 1 ^a VT ANÁPOLIS Nº 03/2015; Amanda Gabrielle Stival Faquim: PORTARIA TRT 18 ^a - 1 ^a VT ANÁPOLIS Nº 01/2016; Pedro Paulo Dias de Oliveira; Luiz Bertrand Abreu Pestana.

6 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

6.1 - Convênios

0.1 – Convenios						
CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA			
BACENJUD	X					
RENAJUD	X					
DETRAN	X					
INFOJUD	X					
INFOSEG	X					
INCRA	X					
JUCEG	X					
SIMBA		X				
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X					
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X					
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X					

6.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	Х	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	Х	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

The Gampinion and recomendações co	to das recomendações constantes da ata de Cumpriu?		ac correigas do exercicio anterior
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
7.1.1 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 11 do Relatório de Correição;	Х		
7.1.2 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho utilize, sistematicamente, os convênios DETRANNET, INFOJUD, INFOSEG e INCRA, independentemente de requerimento da parte, além dos já utilizados pela unidade para impulsionar as execuções, nos termos do artigo 159 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 15 do Relatório de Correição;	Х		
7.1.3 - A adequação do prazo médio para prolação de sentenças nos feitos submetidos ao rito ordinário, ao limite previsto no artigo 189, II, do CPC, conforme apurado no item 3.2 do Relatório de Correição. A adequação deste prazo dependerá também da regularização das sentenças em atraso, a cargo do Excelentíssimo Juiz Titular (item 2.6.4 do Relatório de Correição), evitando-se, doravante, novo acúmulo de pendências processuais;	X		
7.1.4 - A adequação do prazo médio para julgamento de incidentes processuais na fase de execução, que atualmente se encontra em 12 dias, bem superior ao prazo previsto no artigo 885 da CLT, conforme apurado no item 3.3 do Relatório de Correição. Mesmo tendo havido redução desse prazo desde a última visita correcional, persiste o excesso em relação ao limite legal. De se notar, ainda, a existência de 13 processos aguardando sentença na fase executória, fora do prazo legal, conforme anotado no item 2.6.3 do Relatório de Correição.	x		

•	
	_
7	
C	0
ř	₹
٤	٧
i	//32/2010 / 10 10 10 10 10 10 10
>	×
Ç	9
Ų	n
7	ŕ
,	٠,
7	-
_	
-	_
9	_
	_
(_
-	☱
(-
- (7
7	≒
•	_
7	≂
١	J
3	-
L	L
	_
7	_
C	7
	=
C	_
_	
2	Ξ
C	٠
	•
7.03	•
-	_
•	
	_
,	_
7	
c	7
>	~
£	٧
00/00	7
•	,,
c	_
-	Ξ,
С	n
ř	~
·	V
	_
``	-
3	7
(ш
	_
(J
7	0
7	Ŧ
	. u
7	╮
	٠,
č	٥
ò	2
,	2
0000	200
0000	200
000000000000000000000000000000000000000	0000
00000000	
00000000	
00000000	
000000000000000000000000000000000000000	
000000000000000000000000000000000000000	
Cotors o Oly	
2000	
Old all	
Cotors o all a	
Cotos o old V	
2004022 0 010 4 00	
200	
2000	
Software and Agenta Civi	
Software and Anguages and Civil	
Software and Anguages and Civilian	AUNO BARBOSA UIB E DIOIOG
Software of the Annual Control Civil Inc.	SKONO BARBOSA DIB E DIOIOC
Software and Annual Control	BRUINO BARBOSA DIB E DIDICE
	BRUING BARBOSA UIB E DIOIOG
	I BROING BARBOSA DIB E DIOIGE
Software and Annual Civil Indian	OF BROING BARBOSA DIB & DIOIOC
Software and Annual Control Control	
Softer a did A occupate Civilian see	
Software and Agoda Agoda Civilian social	
Software and Annual Control of the second	
Software and Annual Annual Colline and the	
Software and American American State of the Control	300 DOI BROING BARBOSA DIB E DIOIGE
	Tago pol Brond Barbosa DIB e plotos
	TIRGO DOI BRUINO BARBOSA DIB E DIODO
	INITIATIO DOI BROINO BARBOSA DIB E DIODO
	DINITIZAD DOI BROINO BARBOSA DIB E DIODOS
Contract of the Action of Action Contract of the Contract of t	
Contrary of the Action of Action Charles of the Contrary of th	
	JOCUITIENTO IUMBGO DOI BRONO BARBOSA DIB E DIOLOGI
	DOCUMENTO INTRAO DOI DROIAO DARBOSA DID E DIOLOCOLACIO EM

7.1.5 - A adoção de providências visando a redução do prazo médio para designação de audiências unas nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo, que se encontra em 46 dias, em desacordo com o artigo 852-B, III, da CLT, conforme apurado no item 3.6 do Relatório de Correição, reduzindo-o para o limite legal de 15 dias, ou próximo disso, visando garantir a celeridade processual, objetivo precípuo desta Especializada. Ressaltou o Desembargador Corregedor que tal prazo era de 30 dias na última visita correcional, havendo, pois, significativo acréscimo. Na visão do Desembargador Corregedor, valendo-se da informação prestada no item 2.3 do Relatório de Correição (Assiduidade do juiz), seria o caso de se incluir audiências do rito sumaríssimo nas quintas ou sextas-feiras, a critério do juiz titular, tendo em vista a crescente demanda processual registrada no último triênio;	×	Atendida parcialmente.
7.1.6 - Que a Secretaria da Vara abstenha-se de arquivar provisoriamente as execuções em trâmite, sem que haja determinação expressa do juiz condutor do feito, em desacordo com a sistemática descrita no artigo 40 da Lei 6830/80, conforme apontamentos constantes do relatório de correição anexo, uma vez que o arquivamento provisório da execução pode implicar em extinção de direitos pela aplicação da prescrição intercorrente, conforme apurado no item 7.2 - 9 do Relatório de Correição. De igual modo, a Secretaria deve proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema informatizado PJe-JT, do movimento "SUSPENSO O PROCESSO POR EXECUÇÃO FRUSTRADA", nos termos do artigo 49 do PGC, conforme apurado no item 7.2 - 10 do Relatório de Correição	×	
7.1.7 - A imediata prolação das sentenças em atraso, constantes do item 2.6.4 do Relatório de Correição, a cargo do Juiz Titular desta Vara do Trabalho, que superam o limite de 40 (quarenta) dias, obedecendo-se, fielmente, a ordem cronológica. A Secretaria da Corregedoria, após o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Ata, deverá verificar a evolução da situação ora narrada, no que respeita ao volume de sentenças em atraso, informando a este Corregedor em caso de descumprimento desta recomendação, para as providências pertinentes	×	

7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOrd-0010300-17.2015.5.18.0051; RTOrd-0010385-03.2015.5.18.0051; RTOrd-0010423-15.2015.5.18.0051; RTOrd-0010500-24.2015.5.18.0051; RTOrd-0010510-68.2015.5.18.0051; RTOrd-0010574-78.2015.5.18.0051; RTOrd-0010209-87.2016.5.18.0051; RTOrd-0010483-51.2016.5.18.0051; RTOrd-0010804-86.2016.5.18.0051).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010160-46.2016.5.18.0051; RTSum-0010182-07.2016.5.18.0051; RTSum-0010405-57.2016.5.18.0051; RTSum-0010587-43.2016.5.18.0051; RTSum-0011215-66.2015.5.18.0051; RTSum-0010224-90.2015.5.18.0051 e RTSum-0010407-27.2016.5.18.0051).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0010160-46.2016.5.18.0051; RTSum-0010182-07.2016.5.18.0051; RTSum-0010405-57.2016.5.18.0051; RTSum-0010587-43.2016.5.18.0051; RTSum-0011215-66.2015.5.18.0051; RTSum-0010409-94.2016.5.18.0051; RTSum-0011671-16.2015.5.18.0051; RTSum-0010224-90.2015.5.18.0051 e RTSum-0010407-27.2016.5.18.0051).
4	Os ofícios determinados em sentença foram expedidos após o trânsito em julgado da sentença proferida (processos: RTSum-0010160-46.2016.5.18.0051; RTSum-0010182-07.2016.5.18.0051; RTSum-0010405-57.2016.5.18.0051;RTSum-0010587-43.2016.5.18.0051; RTSum-0011215-66.2015.5.18.0051; RTSum-0010279-07.2016.5.18.0051; RTSum-0011671-16.2015.5.18.0051; RTSum-0010224-90.2015.5.18.0051 e RTSum-0010407-27.2016.5.18.0051).
5	Nos processos a seguir relacionados, apurados por amostragem, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas e decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP (processos: RTOrd-0010530-59.2015.5.18.0051; RTOrd-0010467-34.2015.5.18.0051; RTOrd-0010277-71.2015.5.18.0051; RTOrd-0010404-09.2015.5.18.0051; RTOrd-0010212-76.2015.5.18.0051; RTOrd-0010316-68.2015.5.18.0051; RTOrd-0010571-26.2015.5.18.0051; RTOrd-0010923-81.2015.5.18.0051; RTOrd-0011186-16.2015.5.18.0051; RTOrd-0011390-60.2015.5.18.0051).
6	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança corretamente, no sistema PJe-JT, os valores dos acordos pagos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010277-71.2015.5.18.0051; RTOrd-0010404-09.2015.5.18.0051; RTOrd-0010212-76.2015.5.18.0051; RTOrd-0010571-26.2015.5.18.0051; RTOrd-0010923-81.2015.5.18.0051; RTOrd-0011390-60.2015.5.18.0051).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOrd-0010530-59.2015.5.18.0051; RTOrd-0010467-34.2015.5.18.0051; RTOrd-0010404-09.2015.5.18.0051; RTOrd-0010316-68.2015.5.18.0051; RTOrd-0010571-26.2015.5.18.0051; RTOrd-0010923-81.2015.5.18.0051; RTOrd-0011186-16.2015.5.18.0051; RTOrd-0011390-60.2015.5.18.0051).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOrd-0010127-90.2015.5.18.0051, RTOrd-0010230-34.2014.5.18.0051, RTOrd-0011053-08.2014.5.18.0051, RTSum-0010080-53.2014.5.18.0051, RTSum-0010102-14.2014.5.18.0051 e RTSum-0010242-48.2014.5.18.0051).

6
7
ĭ
9
33
33
~
ို
0
0
8
Ħ
۲
щ.
Ä
8
. .
09/2016 17:01:00h. Pro
7
~
16
Ö
Ž
8
8
Ñ
Ε
ā
0
æ
ä
ŏ
矣
5
0
Ве
ш
3RUNO BARBOSA DIB
\forall
S
õ
2
4
B
\circ
ž
\equiv
ďζ
ā
ō
d
유
ă
υţ
.⊐
0
Ħ
e
≒
ರ
8
_

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010127-90.2015.5.18.0051, RTOrd-0010230-34.2014.5.18.0051, RTOrd-0011053-08.2014.5.18.0051, RTSum-0010080-53.2014.5.18.0051, RTSum-0010102-14.2014.5.18.0051 e RTSum-0010242-48.2014.5.18.0051).
10	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho cita o executado, via postal, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 8°, I, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010039-86.2014.5.18.0051; ExFis-0010041-56.2014.5.18.0051; ExFis-0010224-27.2014.5.18.0051; ExFis-0010053-70.2014.5.18.0051; ExFis-0010408-12.2016.5.18.0051).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0010221-38.2015.5.18.0051, RTOrd-0010168-57.2015.5.18.0051, RTSum-0011291-90.2015.5.18.0051, RTSum-0010393-77.2015.5.18.0051, RTOrd-0010015-24.2015.5.18.0051 e RTSum-0010284-63.2015.5.18.0051).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho lança no sistema informatizado PJe-JT os movimentos referentes ao início e ao fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010221-38.2015.5.18.0051, RTOrd-0010168-57.2015.5.18.0051, RTSum-0011291-90.2015.5.18.0051, RTSum-0010393-77.2015.5.18.0051, RTOrd-0010015-24.2015.5.18.0051 e RTSum-0010284-63.2015.5.18.0051).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os valores referentes ao recolhimento previdenciário, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010221-38.2015.5.18.0051, RTOrd-0010168-57.2015.5.18.0051, RTSum-0011291-90.2015.5.18.0051, RTSum-0010393-77.2015.5.18.0051, RTOrd-0010015-24.2015.5.18.0051 e RTSum-0010284-63.2015.5.18.0051).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os movimentos de início e de fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010368-64.2015.5.18.0051, RTOrd-0010231-82.2015.5.18.0051, RTOrd-0010041-22.2015.5.18.0051, RTSum-0011166-25.2015.5.18.0051 e RTSum-0010932-43.2015.5.18.0051).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho, de ofício, utiliza outros meios de se encontrar os bens do executado, antes da suspensão da execução (art. 40 da LEF), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação e a desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo, o disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2011, informada pelo Ofício Circular nº 17/2011/TRT18-SCR (processos: RTOrd-0010127-90.2015.5.18.0051, RTOrd-0010976-96.2014.5.18.0051, RTSum-0010080-53.2014.5.18.0051 e RTSum-0010825-33.2014.5.18.0051).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processo: RTOrd-0010117-80.2014.5.18.0051, RTOrd-0010372-38.2014.5.18.0051 e RTOrd-0010455-54.2014.5.18.0051).

Cód. Autenticidade 400100445663

. Protocolo nº 13536/2016.
28/09/2016 17:01:00h.
IB e protocolado em 2
RUNO BARBOSA DIB
Documento juntado por BRI

Item	Constatações
17	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0011240-79.2015.5.18.0051; RTOrd-0011263-25.2015.5.18.0051; RTOrd-0011288-38.2015.5.18.0051; RTSum-0010907-30.2015.5.18.0051; RTOrd-0010981-84.2015.5.18.0051; RTSum-0011076-17.2015.5.18.0051; RTOrd-0010060-91.2016.5.18.0051; RTSum-0010104-13.2016.5.18.0051; RTOrd-0010298-13.2016.5.18.0051).
18	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas ou dos acordos celebrados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0011240-79.2015.5.18.0051; RTOrd-0011263-25.2015.5.18.0051; RTOrd-0011288-38.2015.5.18.0051; RTSum-0010907-30.2015.5.18.0051; RTOrd-0010981-84.2015.5.18.0051; RTSum-0011076-17.2015.5.18.0051; RTOrd-0010060-91.2016.5.18.0051; RTSum-0010104-13.2016.5.18.0051; RTOrd-0010298-13.2016.5.18.0051).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho faz certidão de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTSum-0011111-74.2015.5.18.0051; RTSum-0011426-05.2015.5.18.0051; RTSum-0011358-55.2015.5.18.0051; RTSum-0010352-76.2016.5.18.0051; RTSum-0011182-76.2015.5.18.0051; RTOrd-0010794-47.2013.5.18.0051 e RTOrd-0010158-18.2012.5.18.0051).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011111-74.2015.5.18.0051; RTSum-0011397-52.2015.5.18.0051; RTSum-0011426-05.2015.5.18.0051; RTSum-0011358-55.2015.5.18.0051; RTSum-0010352-76.2016.5.18.0051; RTSum-0011182-76.2015.5.18.0051; RTSum-0010387-36.2016.5.18.0051 e RTSum-0010239-59.2015.5.18.0051).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, o juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: 0011111-74.2015.5.18.0051; RTSum-0011397-52.2015.5.18.0051; RTSum-0011426-05.2015.5.18.0051; RTSum-0011358-55.2015.5.18.0051; RTSum-0010352-76.2016.5.18.0051; RTSum-0011182-76.2015.5.18.0051; RTSum-0010387-36.2016.5.18.0051; RTOrd-0010158-18.2012.5.18.0051 e RTSum-0010239-59.2015.5.18.0051).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0011111-74.2015.5.18.0051; RTSum-0011397-52.2015.5.18.0051; RTSum-0011426-05.2015.5.18.0051; RTSum-0011358-55.2015.5.18.0051; RTSum-0011182-76.2015.5.18.0051; RTSum-0010387-36.2016.5.18.0051; RTOrd-0010794-47.2013.5.18.0051 e RTOrd-0010158-18.2012.5.18.0051).
23	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 02/03/2016 e 22/08/2016, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 12 (doze) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 17 (dezessete) processos.
24	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 02/03/2016 e 22/08/2016, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira.